



João Gonçalves

Combate aos cartéis do DF

Defender uma lei orgânica justa e progressista que atenda os interesses de toda a população do DF, sem favorecer os grupos poderosos já existentes na cidade é a principal proposta do candidato a deputado distrital pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), João Gonçalves. Se eleito, o candidato quer também acabar com o monopólio no setor da construção civil e do transporte. "Estes serão os primeiros passos para acabar com os marajás de Brasília e ajudar os descamisados", garante.

João Gonçalves vem de uma família política do Nordeste e desde os 16 anos já militava no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Chegando em Brasília, em 67, ajudou a fundar a Casa do Ceará onde morou e trabalhou durante 8 anos. João fez o curso de Economia no Centro de Ensino Unificado de Brasília (Ceub), e durante os quatro anos de faculdade ele foi líder estudantil e representante do Centro de Cultura Convívio — da instituição. Neste período também, ele participou do projeto "Operação Mauá", viajando com grupos de estudantes para vários Estados do País.

Em 1979 João Gonçalves começou a trabalhar como contínuo no Itamarati, ingressando pouco depois, através de concurso, como agente administrativo no órgão. No Itamarati, João Gonçalves fundou a Associação de Servidores, e o seu último trabalho comunitário foi à frente do Movimento de Mobilização pela Compra dos Imóveis Funcionais. O servidor público já foi também candidato a uma vaga do Senado em 86, como suplente na chapa de Maerle Ferreira. "Ganhamos mas não levamos", desabafa João Gonçalves, lembrando que embora a chapa tenha sido a terceira mais votada eles não assumiram a vaga por causa da sublegenda.

João Gonçalves tem 43 anos, é casado, pai de quatro filhos e nasceu em Uiraúna, na Paraíba. Ele tem ainda diversas propostas na área de saúde, educação e segurança.



Raimunda Guedes

Raimunda apóia os servidores

A principal bandeira da campanha da candidata do Partido da Mobilização Nacional (PMN) à Câmara Federal, Raimunda dos Santos Guedes, é o fim do serviço militar obrigatório para os jovens, a exemplo do que ocorre nos Estados Unidos, Inglaterra e Suíça. Ela firma que o serviço obrigatório discrimina os mais pobres, uma vez que os filhos dos próprios militares e da burguesia freqüentam as escolas militares, como a da Academia das Agulhas Negras, enquanto os pobres ficam nos diversos quartéis espalhados pelo País.

Advogada, professora, funcionária pública federal, Raimunda Guedes, 42, casada, mãe de quatro filhos, disse que abraçou a carreira política porque não se conforma com as injustiças que presencia diariamente. "Por isso, resolvi lutar, na tentativa de melhorar as condições da vida da população", diz.

Baiana de Ilhéus, Raimunda está em Brasília há 10 anos, onde participa dos movimentos contra a discriminação racial, movimento de mulheres e em defesa dos direitos dos trabalhadores. Como uma das fundadoras do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no DF (Sindsep), a candidata promete continuar lutando pela categoria, caso seja eleita nas eleições do dia 3 de outubro próximo.

"Precisamos mostrar que o servidor público não é um marginal indolente, como quer nos fazer crer o governo federal, mas um trabalhador como outro qualquer, que estudou, fez concurso e não merece ser tratado como vem sendo no Governo Collor de Mello", afirma Raimunda.

Na Câmara dos Deputados ela promete propor o pagamento de um salário mínimo ao trabalhador, de acordo com a Constituição e os cálculos feitos pelo Dieese, além da criação de creches junto às escolas públicas e lutar pelo resgate do respeito e da dignidade do servidor público.